



JULGADOS DE PAZ

E  
CONCILIAÇÃO

*BREVE SÍNTESE*

ACERCA DO SEU CONTEXTO NA HISTÓRIA  
E NOS SISTEMAS DE JUSTIÇA EM PORTUGAL  
*DO PASSADO, ACABA POR VIR O PÓS-MODERNISMO JURÍDICO*

J.O. CARDONA FERREIRA \*<sup>1</sup>

1. Estas breves palavras têm uma imediata razão de ser: a Sessão de Formação sobre “Conciliação Judiciária” em Grenoble, em Junho de 2005, ligada ao Groupement des Magistrats pour la Médiation (GEMME) e à sua ilustre Secretária Geral, Madame Béatrice Breunneur, para que recebi um honroso convite. Mas não sei se um inesperado problema na visão me permitirá comparecer. Desejo que sim mas, como quer que seja, tenciono enviar estas simples palavras, como evidência de interesse e de colaboração.

Contudo, não maçarei com muitas palavras ... Mas, há sempre um mas ..., estas breves palavras devem ser consideradas, apenas, um *complemento*, mais centrado na temática da referida Sessão de Formação, uma espécie de *post-scriptum*, *relativamente ao meu texto datado de 11 de Fevereiro de 2005, sobre Julgados de Paz Portugueses e Mediação*, que também coloquei à disposição de GEMME e da sua ilustre Secretária Geral, Madame Béatrice Brenneur, inclusive e na medida em que possa inserir-se na temática respectiva, para efeitos da Sessão de Formação de Grenoble.

Ambos os textos constituem a minha modesta contribuição para a referida Sessão de Formação, sobre uma temática em que estou tão claramente interessado.

---

<sup>1</sup> - Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal  
Presidente do Conselho dos Julgados de Paz Portugueses

2. Prometi – e tenho de – escrever pouco.

Contudo esta temática constitui, hoje, o caminho irreversível de uma *Justiça*, diria, post modernista, que queira ser, realmente, *Justiça*. Quem pensa *Justiça*, sabe que, apesar de já ser bom que vão sendo resolvidos litígios concretos, diria, quem pensa *Justiça* sabe que isso é pouco. *O suum quique tribuere* – dar a cada um o que lhe pertence <sup>\*2</sup> - na linha da visão aristotélica do que seria o ideal da *Justiça*, deixou de ser um fim, *para ser apenas um meio* para se alcançar algo muito mais importante: a qualidade de vida, a paz individual e social, na medida do possível, a felicidade. <sup>\*3</sup>

E tudo isto tem que ver com os Julgados de Paz portugueses, “familiares”, creio, dos Juges de Proximité francesa, dos Juizados Especiais brasileiros, dos Giudice di Pace italianos, etc, etc, etc.

Em verdade, não vou alongar-me, nem maçar quem tenha a paciência para me ouvir ou ler, com problemática de fundo acerca de Conciliação Judicial (peço licença para dizer *Jurisdicional* porque tal abrange, com maior latitude, a situação portuguesa). O que referirei, aliás em simples “pincelada”, diria, *en passant*, reporta-se à secular orientação portuguesa, algo esquecido até de muitos portugueses.

3. O meu texto de 11 de Fevereiro de 2005, fundamentalmente informativo, versou, especialmente, sobre Mediação e Julgados de Paz portugueses, hoje uma ligação incontornável *no sistema legal português vigente*.

As minhas breves referências de agora decorrem da ligação entre os sistemas de *Justiça e a Conciliação*.

Naturalmente, Mediação e Conciliação *não* são o mesmo, embora se trate de sistemas extrajudiciais.

---

<sup>2</sup> - Mas dar a cada um o que é seu, como? A cada um: a mesma coisa? Segundo as suas obras? Segundo os seus méritos? Segundo as suas necessidades? Segundo a sua posição? Segundo o que a Lei lhe atribui? Chaim Perelman, *Ethique et Droit*, página 231.

<sup>3</sup> - Já a Constituição norte-americana, em 1776, enfatiza “The pursuit of Happiness”, como um dos direitos inalienáveis, proporcionados “by their Creator”, ao lado do direito à Vida e à Liberdade.

Muito brevemente, direi que, ressalvando o devido respeito, discordo de quem põe o assento tónico distintivo entre *menor* intervenção do mediador e *maior* intervenção do conciliador.

Tenho, para mim, que a essência da discussão deve radicar na *essência* dos procedimentos e não na *forma* e, mais, concretamente, na circunstância de a Mediação ser um *meio* virado para a procura de um *fim*, a Conciliação. Esta pode ser *restrita* a um certo litígio ou, *desejavelmente*, *abrangente* de situações de convivência, de restauração de bem estar: é, este, o sentido da moderna Justiça restaurativa <sup>\*4</sup>.

Em verdade, se o médico, a meu ver, não pode ser um *mecânico* da saúde, o verdadeiro Juiz não pode ser um *mecânico* do Direito <sup>\*5</sup>, se quiser que o Estado de Direito Democrático se sublime em Estado de Justiça.

E que tem, isto, a ver com a experiência portuguesa sobre Conciliação? Muito, de que, como já aflorei, procurarei dizer o essencial em poucas palavras.

Neste rincão da Península Ibérica (no dizer do Poeta Camões: “neste jardim à beira mar plantado”), as antiquíssimas instituições do tipo Julgados de Paz, com um ou outro nome, com um ou outro modo de estar, têm origens no velho Código Visigótico <sup>\*6</sup>, passaram por forais medievais portugueses sempre com um sentido popular, até que um Rei, a pedido das chamadas Cortes <sup>\*7</sup> deu um sentido firme á ideia de concórdia (dir-se-ia: conciliação) que as velhas Ordenações portuguesas iam reflectindo, desde as Afonsinas (Rei Afonso II), às Manuelinas (Rei Manuel I), às Filipinas (Rei Filipe I).

---

<sup>4</sup> - V.g. Decisão Quadro da U.E. (do Conselho) de 15.03.2001, relativa ao estatuto da vítima e à mediação em processo penal, tendo em conta uma iniciativa de República Portuguesa (2001/220/JAI)

<sup>5</sup> - Béatrice Brenneur (citando J.P. Cochard), Visage de la Médiation Judiciaire en France.

<sup>6</sup> - Por sua vez, decorrente da Lex Romana Visigothorum, ano de 506, Alarico II; ut Galhardo Coelho, Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, A. Lino Netto. História dos Juizes Ordinários e de Paz, ano de 1898, páginas 73 e seguintes.

<sup>7</sup> - O embrião dos modernos parlamentos. Aliás, a palavra *Cortes* ainda hoje equivale a Parlamento.

Cito uma frase (que até me parece “pecar” por restrita) de um ilustre Jurista português do século XIX que escreveu, em 1892, a propósito do art.º 134.º <sup>\*8</sup> da chamada “Novíssima (!) Reforma Judiciária”:

“ A instituição dos Juízes de Paz, como *avindores*, isto é, como *concertadores de demandas* ou de *desavindos*, tem entre nós uma existência de séculos, pois que data do tempo de el-rei D. Manuel, que lhe deu regimento em 1519, deferindo o pedido que em 1418 lhe haviam feito as Cortes de Elvas”.

Ou seja: enquanto que, hoje, a Mediação, em Portugal, é indissociável dos Julgados de Paz; a *Conciliação começou por ser a grande razão de ser dos Juízes de Paz*, num tempo em que o termo Mediação ainda não ganhara “foros de cidade”. A ideia existia como foi percorrendo os tempos. E as palavras foram sendo criadas pela vida.

4. Esta ideia nuclear segundo a qual ao Juiz de Paz compete fazer Conciliação, que vem desde a aurora dos tempos lusitanos, passou para as Constituições Políticas portuguesas, mal o País, após o triunfo do liberalismo, passou a dispor de Constituições escritas.

E foi assim que a primeira Constituição, a de 1822, prescreveu que competia aos “Juízos de Conciliação”, “ exercitados pelos Juízes electivos”, realizar a conciliação <sup>\*9</sup>.

A Carta Constitucional de 1826 foi ainda mais expressiva prescrevendo que *não poderia ser iniciado qualquer processo litigioso sem se ter, previamente, tentado a conciliação perante Juízes de Paz* <sup>\*10</sup>.

Na mesma linha expressa, salvo situação excepcional, surgiu a Constituição Política de 1838 <sup>\*11</sup>.

Ou seja, *claramente, a Conciliação tem um sentido tradicional nos sistemas de justiça portugueses, a cargo dos Juízes de Paz*.

---

<sup>8</sup> - “Art.º 134.º: Os Juízes de Paz são eleitos pelo novo e as suas atribuições são conciliar as partes em suas demandas, e aquelas que lhes confere o Código Comercial”.

<sup>9</sup> - Este tipo de Juízes inserem-se na linha histórica dos Juízes de Paz. Artigos 178.º, 181.º, 195.º da Constituição de 1822.

<sup>10</sup> - Artigos 128.º e 129.º

<sup>11</sup> - artigo 124.º



Curiosamente (diria, estranhamente), com a República, implantada em 1910, começou um certo menor intervencionismo dos Juízes de Paz, embora a instituição tenha subsistido até meados do século XX, posto o que se eclipsou para *renascer já nos alvares do século XXI*.

À medida que, no século XX, ia adquirindo mais peso o centralismo decisório e institucional, *então*, foi perdendo a relevância instituição Julgados de Paz, cujo origem era *popular*, e a Conciliação passou a fazer parte integrante, a meu ver restritamente, do sistema comum ou judicial de Justiça.

E por isso, hoje, em Portugal, a Conciliação é atribuída, e bem, aos Juízes dos Tribunais Judiciais. Mas, hoje, também é atribuída, e bem, aos novos Juízes de Paz, que são Juízes de um sistema de justiça extrajudicial. Ou seja: hoje, existe Conciliação (tentativa de) em Tribunais Judiciais, mormente nos casos em que os temas substantivos estão na disponibilidade das partes mas, no sistema judicial ainda não há o item próprio da Mediação; enquanto que, nos Julgados de paz, se as causas não findam na fase autónoma da Mediação, os Juízes de Paz devem diligenciar Conciliação, apesar de a Mediação já ter sido, anteriormente, disponibilizada à vontade dos interessados.

No foro judicial ou comum, a grande importância de Conciliação (para cujo efeito, os Juízes com mais sensibilidade têm de fazer *uma espécie* de Mediação a que chamo *imprópria*), encontra-se, principalmente, em Tribunais de Trabalho e nos Tribunais de Família, embora diligência de Conciliação exista em *todo* o foro judicial ou comum *cível* (lato sensu, isto é, incluindo o comercial) e laboral.

Assim, no foro laboral, logo que recebe a petição inicial, o Juiz realiza aquilo a que a lei chama “audiência de partes”, sendo certo que os bons Juízes conseguem, logo aí, com grande sensibilidade e empenho, uma boa taxa de entendimentos ou, muitas vezes, que fiquem lançadas as bases para a futura

possibilidade de soluções justas conciliatórias<sup>\*12</sup>. E, antes de começar a discussão e julgamento da causa, o Juiz deve tentar a conciliação das partes<sup>\*13</sup>

No processo de divórcio e de separação litigiosa, logo que apresentada a petição inicial, o Juiz deve convocar as partes para tentativa de conciliação<sup>\*14</sup>.

Aliás, também o processo de separação ou divórcio por mútuo consentimento começa por uma conferência da qual resultará, ou não, acordo<sup>\*15</sup>.

E, nesta brevíssima resenha informativa, deve esclarecer-se que, em *todas* as causas que incidem sobre direitos disponíveis, a tentativa de conciliação é elemento natural da chamada audiência preliminar <sup>\*16</sup> e item inicial obrigatório de qualquer audiência final de discussão e julgamento <sup>\*17</sup>.

Entretanto e como flui do já exposto, nos Julgados de Paz, quando o Mediador não tenha tido êxito, o Juiz de Paz tem de tentar Conciliação antes de realizar audiência de julgamento e, curiosamente, muitas vezes consegue o que o Mediador não conseguiu <sup>\*18</sup>.

##### 5. Em conclusão:

Tradicionalmente, os Julgados de Paz sempre foram – e são – instituições vocacionadas para os interessados se encontrarem, falarem, desabafarem, entender-se, procurando “justa composição” dos seus diferendos: chamados, explicitamente, a colaborar na procura da boa solução da causa <sup>\*19</sup>.

Durante longo, longo, tempo, os Julgados de Paz foram instituições a que os interessados recorriam naturalmente, evitando desnecessário bloqueamento do foro comum.

<sup>12</sup> - É o que se passa no Tribunal de Trabalho a cargo da Presidente da Sessão Portuguesa de GEMME, Madame Albertina Pereira. Artigo 54.º do Código de Processo de Trabalho.

<sup>13</sup> - Artigo 70.º do Código de Processo de Trabalho.

<sup>14</sup> - Artigo 1407.º do Código de processo Civil.

<sup>15</sup> - Artigo 1420.º do Código de Processo Civil

<sup>16</sup> - Artigo 508.º- A n.º 1 a) do Código de Processo Civil

<sup>17</sup> - Artigo 652.º n.º 2 do Código de Processo Civil

<sup>18</sup> - Artigo 26.º n.º 1 da Lei n.º 78/2001, de 13.07

<sup>19</sup> - Artigo 2 da Lei n.º 78/2001, de 13.07



Hoje, os sistemas comum (Judicial) e extrajudicial (Julgados de Paz) fazem, ambos, Conciliação. Mas, Mediação *propriamente dita, por enquanto*, há nos Julgados de Paz, mas não no sistema judicial. Brevemente e face à escassa rede dos restaurados Julgados de Paz, vai pôr-se o problema da Mediação penal no foro judicial <sup>\*20</sup>

Em Portugal, há que conjugar a autonomia dos Julgados de Paz, instituição de sentido popular, de conteúdo *diferente* do sistema judicial, com uma indispensável actualização e desformalização do sistema judiciário comum que lhe permita deixar de ser *escravo* de formalismos ultrapassados e prejudiciais em função de uma *nova visão de conciliação própria de qualquer sistema de Justiça*, a bem do direito cívico fundamental de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva <sup>\*21</sup>. *Hoje, o que os cidadãos procuram, mais do que a reposição de uns tantos euros, é a restauração da qualidade de vida. Não basta viver. Viver, sem qualidade, é vegetar. Viver é ter paz. E ter paz não é só não ter guerra.*

É sentir bem estar.

Este deve ser o *leit-motiv* de qualquer sistema de Justiça. Designadamente, da Conciliação.

Lisboa, 29 de Março de 2005

Jaime Octávio Cardona Ferreira

---

<sup>20</sup> - Decisão Quadro da U.E. de 15.03.2001, prescrevendo a mediação penal para ser iniciada até 22.03.2006

<sup>21</sup> - Artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa de 1976